

CONTEXTO PASTORAL

ANO IV ■ JULHO/AGOSTO DE 1994 ■ N° 21

ELEIÇÕES E IGREJAS

Compromisso ético dos cristãos

Neste ano, marcado por eleições gerais, cresce a responsabilidade dos cidadãos na opção por aqueles que dirigirão o País. A partir dos valores cristãos, o que deve prevalecer na escolha dos candidatos? O que dizer do engajamento de evangélicos nas propostas mais próximas dos anseios populares? CONTEXTO PASTORAL analisa o processo eleitoral, com ênfase no dever político dos cristãos e no comportamento de segmentos evangélicos e pentecostais diante da relação fé e política. Páginas 3, 5, 6, 7, 8 e 12

Os excluídos e o desafio pastoral

Em uma análise recheada de dados, o escritor Paulo Schilling apresenta o contingente de excluídos nos mais diversos setores da sociedade. Uma contribuição para um compromisso mais efetivo dos cristãos. Página 9

Perspectivas de uma pastoral urbana

Durante a XIV Semana de Atualização Teológica, promovida pelo Cebep, os participantes discutiram o tema "Pastoral urbana: a fé cidadã". Página 11

Debate

Subsídios para a 1ª Jornada Ecumênica

Uma série de textos preparatórios, correspondentes às oficinas da 1ª Jornada Ecumênica, são apresentados nesta edição do Suplemento *Debate*. O objetivo é motivar os participantes e todos os interessados na discussão sobre o ecumenismo no Brasil. Vale a pena conferir.



A uns, tudo.
A uns, nada.
É uma piada

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAMOS

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Palmeido
<input checked="" type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Procurado
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe o n.º indicado	
<input type="checkbox"/> Informação encerra pelo portador	
<input type="checkbox"/> Outro	

REINTEGRADO AO SERVIÇO PÓSTO

30/08/94

[Signature]



Enaldo Pinto / Enfase



CEDI

A esperança se renova

Estamos vivendo, em 1994, um ano especial. Em outubro vamos às urnas para eleger um grupo de pessoas que irá governar o País e os Estados, além dos representantes no Congresso Nacional — deputados federais e senadores — e nas assembléias legislativas — deputados estaduais.

Quatro anos e meio de governo Fernando Collor e Itamar Franco são mais do que suficientes para que nos convençamos de que a cartilha neoliberal a partir da qual esses dirigentes orientam a política pública não nos serve. Pelo contrário, nos leva a viver tempos de recessão e de instabilidade, e mantém crescente a desfasagem entre ricos e pobres.

Este e outros aspectos apontam uma única conclusão: tanto nos níveis estaduais como no nacional, é hora de mudarmos este quadro. Esse discurso é antigo, podem dizer alguns; em toda época eleitoral é a mesma coisa, reclamam outros. Na verdade, nunca o País chegou a uma situação tão grave de abandono e de orfandade. Os que o dirigem estão envolvidos com escândalos de enriquecimento ilícito, malversação dos recursos públicos, corrupção.

Dessa forma, nossa arma fundamental é o voto. Não aquele voto irresponsável ou desinteressado, mas o comprometido e preocupado com as mudanças que ele pode representar.

Por isso nossa esperança se renova. Temos condições de alterar esse estado de coisas, desde que saibamos usar o voto de forma coerente e em favor das transformações que o nosso país deseja e exige. Nesse sentido, é muito importante conhecer ao máximo possível os candidatos que concorrem aos diferentes cargos públicos. Desde os antecedentes deles até o projeto de governo que têm em mente, seja estadual ou federal, tudo vale para que o voto valha.

Nesta edição, CONTEXTO PASTORAL dedica atenção especial ao processo eleitoral, com análises sobre a postura dos cristãos diante da política, o engajamento dos evangélicos em movimentos em favor de candidaturas populares e comprometidas com valores cristãos, a postura da Igreja Católica e o envolvimento efetivo das candidaturas pentecostais. Esses e outros temas são contribuições significativas para que os cristãos, como cidadãos, possam, a partir do compromisso com o Reino de Deus, que significa justiça, paz, democracia, solidariedade e vida digna, decidir com sabedoria sobre os destinos do País.

No Suplemento DEBATE, o tema é a 1ª Jornada Ecumênica, promovida pelo Programa de Assessoria à Pastoral/KOINONIA em conjunto com o Conselho Mundial de Igrejas, Conselho Latino-Americano de Igrejas, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e Coordenadoria Ecumênica de Serviço. Trata-se, antes de tudo, de subsídio para aqueles que vão participar do evento e também aos que se interessam pela discussão sobre o movimento ecumênico no Brasil e os caminhos e desafios que se apresentam nesse fim de milênio.



CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais – CEBEP (Rua Rosa de Gusmão, 543 – 13073-120, Campinas/SP. Tel. e fax 0192-41-1459) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI (Rua Santo Amaro, 129 – 22211-230, Rio de Janeiro/RJ. Tel. 021-224-6713 e fax 021-221-3016)

Editores
Luiz Carlos Ramos
Magali do Nascimento Cunha

Editores assistentes
Carlos Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia (MTb 18.481)

Diagramação
Anita Slade

Fotolito e impressão
Tipográfica Comunicação Integrada

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
R\$ 0,50

Assinatura anual
R\$ 5,00

Assinatura de apoio
R\$ 6,00

Exterior
US\$ 15,00

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Uma publicação conjunta do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Assinatura anual: R\$ 5,00

Assinatura de apoio: R\$ 6,00

Exterior: US\$ 15,00

Número avulso: R\$ 0,50

Os pedidos de assinatura, acompanhados com cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral – Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073-120, Campinas/SP.

CARTAS

Escreva para Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais – CEBEP – Rua Rosa de Gusmão, 543, 13073-120, Campinas/SP, ou para Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI – Rua Santo Amaro, 129, 22211-230, Rio de Janeiro/RJ.

Ao participarmos do encontro de formação pastoral promovido pela Congregação Redentorista do Nordeste, tivemos contato com um exemplar do vosso impresso CONTEXTO PASTORAL, o qual despertou-nos interesse pelas suas colocações claras e evangelizadoras apresentadas em seu elenco editorial.

Assim sendo, solicitamos todas as informações necessárias para que possamos concretizar nossa aspiração de assinar o referido jornal.

Centro Católico de Maranguape II
Paulista/PE

Acusamos o recebimento de CONTEXTO PASTORAL e servimo-nos do presente para manifestar nossos agradecimentos.

Universidade de Goiás – Museu Antropológico
Goiânia/GO

Acuso o recebimento de CONTEXTO PASTORAL e queremos renovar nosso interesse de continuar recebendo-o.

Nosso propósito como Rede Latino-Americana de Centros Ecumênicos (REDLAC) é compartilhar nossas experiências e propiciar o encontro para estreitar laços de solidariedade. A informação que vocês nos fazem chegar é muito proveitosa. Felicitamos-lhes pelo esforço.

Dagoberto Ramirez F.
Coordenador da REDLAC
Santiago/Chile

Durante este tempo recebemos o jornal CONTEXTO PASTORAL que traz constantemente bons artigos levando a reflexões bem profundas. Os encartes são muito bons! Desejo fazer a assinatura do mesmo (...) Agradecendo-lhe antecipadamente pela atenção que derem a esta cartinha, desejando-lhes o maior sucesso nesse empreendimento de santa utilidade sobretudo para crescemos ecumenicamente.

Lygia Constantino da Silva
Nova Timbótena/PA

ERRATA

Na última edição de CONTEXTO PASTORAL (n.20, maio/junho de 1994) foram cometidos três erros de edição no artigo "Ecumenismo e diferença — II", de Joaildo Burity (p. 9):

- Na coluna 1, no início do parágrafo 1, leia-se "Como também acolhe a diversidade e censura o entrincheiramento..."
- Na coluna 2, no final do parágrafo 1, leia-se "Espaço esse cuja força de inspiração é mais importante do que a possibilidade..."
- Na coluna 3, no final do parágrafo 1, leia-se "(...) e por outro lado, não admitirá diferenças que o subverteriam..."

A OPORTUNIDADE DE MUDAR O PAÍS

ENTREVISTA COM EMIR SADER
Por Jether Pereira Ramalho

“Quem quiser votar pela transformação do Brasil, quem estiver descontente com este país, tem que se preocupar tanto com a eleição de presidente como com a de parlamentares”. Este é o alerta do cientista político e professor de sociologia da Universidade de São Paulo, Emir Sader, que concedeu a seguinte entrevista a CONTEXTO PASTORAL.

Vivemos um momento muito especial no País, especialmente em função das eleições, que trazem características peculiares que não se repetem com frequência. Como vê a singularidade destas eleições?

Numa democracia, as eleições são uma forma de o povo expressar sua vontade política; e são raras as oportunidades na história do Brasil em que é possível eleger candidatos para tantos cargos ao mesmo tempo. Neste ano será eleito o presidente da República, que é a cabeça do Executivo, serão renovados a Câmara Federal e mais dois terços do Senado, ao mesmo tempo que no âmbito estadual vão ser escolhidos os governadores e toda a Assembleia Legislativa. Trata-se de uma oportunidade para o povo se expressar, nos distintos níveis, sobre o tipo de país e de sociedade que deseja e os caminhos pelos quais se pode construir uma sociedade democrática, livre e justa.

Qual o significado mais importante destas eleições?

A questão central é a justiça social: os direitos sociais, de igualdade, de acesso à educação, à saúde, à habitação, ao transporte, etc. Por isso, o elemento principal centra-se no julgamento das políticas praticadas nesses últimos anos no Brasil, orientadas pela corrente neoliberal, a qual coloca em segundo plano e subestima as políticas sociais. Isso certamente divide o campo dos candidatos entre os que estão a favor e os que são contra o neoliberalismo.

É possível perceber as linhas básicas dos programas e o estilo político de governar inerente a cada candidato?

É mais fácil julgar quem já esteve no governo, como no caso de Fernando Henrique Cardoso. A sua plataforma eleitoral fala de cinco pontos de políticas sociais. No entanto, no período em que foi ministro da Economia, esses pontos foram sistematicamente deixados de lado. Foi um tempo em que diminuiu o

emprego, piorou o poder aquisitivo dos salários, aumentou enormemente a inflação, se deterioraram os sistemas de saúde e de educação, a situação dos transportes piorou bastante. Tudo isso porque ele cortou justamente recursos destinados a essas políticas sociais. É preciso julgar não o que o candidato diz em seu programa eleitoral para contentar os eleitores, mas o que ele fez quando foi governo.

Outros candidatos são mais coerentes com o que têm pregado ao longo dos anos, como políticas de emprego, distribuição de renda, reforma agrária. Não são simplesmente colocações eleitorais, mas coerentes com a trajetória de vida e com as pregações programáticas deles.

Esta eleição está muito centrada na figura dos candidatos. Isso significa que os partidos políticos ainda carecem de certa identidade?

As últimas pesquisas demonstram que o PT desfruta de 12% de simpatia, o PMDB, muito heterogeneamente, tem cerca de 5%, e os restantes têm de 2% para baixo. Na verdade, o povo ainda não teve a experiência de partidos, programas, plataformas que se necessitam para o País. Certas alianças que não são coerentes com o programa formado pelos candidatos acabam também por confundir. Não acho ruim que se polarize em torno de personagens se estes representam tipos de políticas, ou seja, suas origens sociais, alianças que fazem, tipo de pregação que manifestam, etc. O que não pode é o candidato, durante a campanha eleitoral, se violentar e tentar apresentar uma cara diferente daquela que sempre teve e fazer alianças que são uma contradição com a trajetória dele.

Determinados candidatos têm destaque nas pesquisas no âmbito federal, mas no âmbito estadual os candidatos do seu partido estão em posição bastante inferior. Como isso é percebido nestas eleições?

Há duas questões a explicar. A primeira, já mencionada, diz respeito à fraqueza dos partidos e, portanto, opções nacionais não se transferem necessariamente para opções estaduais. Em segundo lugar, há a percepção popular de que o fundamental é o governo nacional. As pessoas entendem que é a política econômica na escala nacional que define o essencial da sua vida (emprego, política salarial, sistema de saúde, de educação, etc.). As questões nacionais se sobrepõem às outras, e as pessoas tendem a subesti-



má e a votar em nível regional mais por identidade de outro tipo que não partidária.

Como vê a composição do próximo parlamento e seu comportamento diante do resultado eleitoral?

Quem quiser votar pela transformação do Brasil, quem estiver descontente com este país, tem que se preocupar tanto com a eleição de presidente como com a de parlamentares. O tipo de senador ou deputado eleito pode estar a favor das transformações do Brasil para um país mais ético, mais justo, mais igualitário, ou então ser resistente a isso. Outro detalhe: qualquer presidente eleito neste ano não vai contar com maioria fácil no Parlamento; portanto, o argumento de que o Parlamento será um obstáculo vale para qualquer um dos candidatos eleitos, porque haverá uma divisão partidária muito maior do que anteriormente; ninguém terá maioria automática no Congresso. Vai depender da força e do mandato que o povo der a esse candidato e também o tipo de composição parlamentar que se conseguir, renovando o mais radicalmente possível o atual Parlamento.

Como fica a governabilidade, se há dificuldade de se conseguir maioria no Congresso Nacional?

A luta principal se dá no plano das idéias. O fundamental vai estar no transcurso da campanha eleitoral, o quanto se consiga propagar pelo Brasil a idéia de que é preciso um país com outra cara: transformar a estrutura da terra; colocar todas as crianças do Brasil na escola; fortalecer as políticas públicas; democratizar os meios de comunicação. Se essas idéias forem propagadas, assumidas pelo povo e expressas eleitoralmente, haverá uma tendência das próprias instituições, que reagiriam a elas, em ser mais maleáveis e flexíveis. O candidato que conseguir um consenso nacional em torno

de idéias majoritárias, democráticas, populares tem melhores condições de unificar as camadas mais amplas do povo em torno de idéias-chaves, de uma nova utopia que possa transformar o Brasil, e com isso garantir a governabilidade. O resto será consequência da força que essas idéias terão no novo governo eleito.

Vivemos um período de exercício político-eleitoral bastante intenso, mas, ao mesmo tempo, convivemos com o aumento da miséria, de violência, do desemprego, etc. Até quando vai ser possível essa dualidade? A democracia corre perigo?

Acho que há dois riscos hoje: o de eleger um candidato que seja continuação do que está; e o de eleger outro, que se proponha a uma renovação, mas sem apoio popular ativo que possibilite que ele supere a resistência das elites tradicionais. A democracia no Brasil hoje, portanto, não é protegida nem concebida pela população como um bem fundamental, porque trata-se de algo que não chegou à vida cotidiana das pessoas; ao contrário, na democracia política, pioraram sua qualidade de vida, não pelo excesso de democracia, mas pela carência dela, porque não chegou às profundezas do social e da vida cotidiana. É preciso transformar essa democracia política em democracia social para que ela seja valorizada por todos.

Há esperanças de que, num prazo médio, possamos viver uma democracia mais participativa e igualitária?

A democracia brasileira viveu algo similar aos 27 anos de cativeiro de Nelson Mandela. Ele manteve a esperança, a combatividade, soube conquistar a liberdade, sair às ruas, unir o povo. Hoje não apenas está em liberdade, como ganhou o Prêmio Nobel da Paz e é o presidente da África do Sul eleito por dois terços da população. Isso demonstra que se as classes dominadas, subalternas e humilhadas, exploradas, conseguem se unir e uma liderança que as une, podem transformar o país. Se olharmos para África do Sul, vamos perceber que uma população muito mais espoliada e discriminada que a nossa conseguiu virar o país de cabeça para baixo. Hoje nós temos uma nova oportunidade de expressar de forma organizada a participação popular. Não são setores da elite brasileira que doarão benesses para o povo, mas o povo conseguirá essa conquista por meio de sua própria luta, com uma liderança que nasceu do seu seio e que está identificada com ele.

Religiosos estudam "Mitos de Criação" em Salvador

Os "Mitos de Criação" foram tema do terceiro seminário do Projeto Teologia e Cultura Negra, promovido pelo Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI (Salvador/BA, 24-26/6/94). Participaram do encontro teólogos, lideranças cléricas e leigas das igrejas Anglicana, Batista Nazareth, Presbiteriana Unida, Presbiteriana do Brasil, Reformada da Holanda e Católica, o secretário-executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e religiosos do Culto dos Orixás.

Na oportunidade discutiram-se também temas como saúde, miséria e direito a terras, que serão incorporados ao projeto *Egbé — o Espaço Sagrado*, que integra as ativida-

des de KOINONIA — Presença Ecumênica e Serviço, organismo em formação.

Os 35 participantes decidiram fazer um gesto gratuito e assinaram o seguinte documento:

Nós, religiosos do Culto dos Orixás e das Igrejas Cristãs aqui presentes, declaramos:

— que nos amamos e nos consideramos irmãos, respeitamos nossas diferenças e valorizamos a riqueza diversificada de nossas tradições, considerando sua variedade uma graça do Criador;

— que nos comprometemos a ser solidários uns com os outros, a lutar juntos pela vida e pela paz, contra os preconceitos entre as religiões e as discriminações de todos os tipos, contra as agressões à natureza, contra a miséria e a injustiça, em favor da fraternidade e da dignidade humana.

JORNADA REUNIRÁ PESSOAS DE TODO O BRASIL

Participantes de 19 estados do Brasil já estão inscritos para a 1ª Jornada Ecumênica, que acontecerá de 11 a 16 de outubro de 1994 em Mendes/RJ. Eles são clérigos(as) e leigos(as) de oito diferentes igrejas cristãs, e juntamente com os 36 assessores(as) das oficinas temáticas construirão a reflexão sobre a caminhada do movimento ecumênico no Brasil. Muitos dos participantes das várias regiões do País estão organizando caravanas de viagem para Mendes.

Além dos brasileiros, lideranças cristãs de diversos países latino-americanos estarão entre os participantes.

A 1ª Jornada Ecumênica é uma realização do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI/KOINONIA em promoção conjunta com Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI),

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e Coordenação Ecumênica de Serviço (CESE).

As inscrições para a Jornada continuam abertas — ainda há vagas — e podem ser feitas com o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI/KOINONIA: Rua Santo Amaro, 129, Glória, 22211-230 — Rio de Janeiro/RJ, tel: (021) 224-6713 e fax: (021) 221-3016.

ENTIDADES ECUMÉNICAS TERÃO ESPAÇO NA JORNADA

Os participantes da 1ª Jornada Ecumênica terão oportunidade de conhecer o trabalho e as reflexões desenvolvidos pelas entidades ecumênicas brasileiras no "Espaço das Entidades". Serão duas noites do evento em que entidades ecumênicas apresentarão seminários, painéis, debates, vídeos e outros produtos, abertos à participação voluntária.

Cursos do CESEP para 1995

O Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) está divulgando seus cursos para 1995. Um deles, "Curso Latino-americano para militantes cristãos" (São Paulo, 30 de abril a 3 de junho), busca atender à necessidade de formação adequada de líderes em movimentos populares, sindicatos e partidos políticos.

Outra promoção é o "Curso Latino-Americano de Formação Pastoral" (São Paulo, 30 de julho a 10 de novembro), espaço ecumênico de intercâmbio e reflexão, com acompanhamento de especialistas em ciências sociais, psicologia, história da Igreja, Bíblia, teologia e educação popular.

Informações: Cesep — tel: (011) 284-6299 e fax: (011) 284-6220.



ria. Nove entidades se cadastraram para o "Espaço", que representará um momento rico de intercâmbio de experiências e projetos.

Além do "Espaço das Entidades", os participantes da 1ª Jornada terão acesso a exposições de materiais diversos e à venda de publicações e outros materiais produzidos por entidades ecumênicas.

DIA 23 DE AGOSTO — CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS (CMI)

Era um período de duros confrontos ideológicos entre capitalismo e socialismo, e os prenúncios de guerra ainda surgiam no horizonte da humanidade. Cento e quarenta e seis igrejas de várias partes do mundo, reunidas sob o tema "O desígnio de Deus e a desordem dos homens", decidiram trabalhar juntas e lutar pela unidade, o que foi entendido como um movimento concreto de responder ao "desígnio de Deus".

Este processo dentro do movimento ecumênico se fez a partir de três condições de possibilidade históricas, motivações do desejo de uma nova vivência do cristianismo: a Conferência Missionária Internacional (Edimburgo, 1910); o Movimento Vida e Ação (Estocolmo, 1925); e o Movimento Fé e Constituição (Lausanne,

1925). Numa nova conferência em Edimburgo (1937) deste último movimento, afirmou-se a intenção de constituir um conselho ecumênico que reunisse as diversas experiências de unidade que surgiam neste século.

Devido à Segunda Guerra Mundial, a reunião destes e de outros movimentos, prevista para 1942, só pôde-se realizar em 1948 (Amsterdam, Holanda). Organizou-se oficialmente nessa assembleia o Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Assim, algumas igrejas romperam as barreiras de separações e assinaram uma confissão de fé comum: "O CMI é uma comunidade de igrejas que confessam ao Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador segundo o testemunho das Escrituras e procuram responder juntas à sua vocação comum para a glória do Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo".



ELEIÇÕES E IGREJAS

"Louvado seja Fernando Henrique"

"Fernando Henrique é o escolhido de Deus, a resposta às orações dos 30 milhões de evangélicos brasileiros", foi a afirmação ouvida pelas quatro mil pessoas reunidas no Grande Templo da Assembléia de Deus de Cuiabá/MT. A "declaração de fé" foi feita pelo presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil, Sebastião Rodrigues de Souza.

Em seu discurso aos "assembleianos", o candidato citou Max Weber para dizer que o pastor lhe recordava os velhos livros que estudara, principalmente os que tratavam da ética protestante na Europa.

Fernando Henrique, que declarou-se ateu quando candidato a prefeito da cidade de São Paulo, concluiu concordando que tinha sido mesmo "o escolhido": "Alguns são chamados. Eu tentei um programa para ajudar a todos. Procurei juntar homens de boa vontade e boa fé. Governarei com os brasileiros e suas igrejas. Aleluia!". (O Globo, 10/7/94)

Lula encontra-se com evangélicos

Mais de oitocentos evangélicos de diversas igrejas lotaram o ginásio do Clube Recreativo Caxiense (Duque de Caxias/RJ) no dia 29 de junho para participar de um jantar com o candidato à Presidência da República pela Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, e manifestar publicamente o apoio ao petista.

Lula ressaltou a importância da participação

dos evangélicos no processo político. Lembrando as eleições de 89, o candidato afirmou que "Deus escreve certo por linhas tortas". E explicou: "Se Collor não tivesse sido eleito, o País não descobriria as falcatruas desse 'porta-voz' da modernidade, e a situação se manteria até hoje". O candidato acredita que, com a vitória da Frente Brasil Popular, o País vai voltar a ser feliz, com reforma agrária, escola para as crianças, empregos e fim da miséria.

Lula esteve acompanhado dos candidatos ao Senado, Benedita da Silva (que é evangélica) e ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Bittar.

CNBB critica campanha

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, não concorda com a forma como os candidatos à sucessão presidencial vêm fazendo campanha, com agressões e pouca discussão de programas de governo.

O bispo lamenta que a campanha não esteja colaborando com o aprendizado do povo. "A campanha eleitoral deveria ser uma escola para o País, com debates sobre os assuntos que interessam ao povo, não do jeito que está, com candidatos lamentando ter que comer uma buchada de bode", disse d. Luciano.

Ele enfatizou que na campanha não deve haver agressões e discussões, mas definição de programas. "Os candidatos têm que dizer o que pretendem fazer e como fazer, para depois o povo cobrar as promessas". (Correio Braziliense, 24/6/94)

O dever político dos cristãos

Silvio Meincke

Os políticos e a política experimentam uma fase de profundo descrédito entre os brasileiros. Há sérias razões para esse fato. Há toda uma prática política viciada que começa já na busca do voto. Candidatos e povo têm exercitado uma inventiva cumplicidade para a mercantilização do voto. Uma vez eleitos, os políticos têm cuidado de usar os mandatos mais para auto-servir-se do que para servir ao bem comum. Isso leva muitos a pensarem em desistir totalmente de qualquer participação na política. Outros desejam um governo autoritário na esperança de que este moralize o processo político. Ainda outros ficam a esperar pelo líder forte, íntegro, correto e de bons ideais, que conduza o povo com justiça e resolva os problemas.

Entre os cristãos há muitos que consideram a prática política como indigna para quem se volta às coisas do espírito. Por isso, se abstêm de participar ativamente. Outros optam por um procedimento dicotômico. Dividem o mundo em duas esferas e levam vida dupla: em casa, são cristãos; lá fora, são políticos. Poucos conseguem estabelecer uma relação integrada desses dois aspectos da vida cristã: a fé e a política.

Importa que o povo — aqui entendido como a maioria dos brasileiros que não têm poder para participar organizadamente nas decisões políticas — volte a confiar, não em indivíduos isolados, não em candidatos que criam novas artimanhas na busca do voto, nem mesmo em pretensas personalidades íntegras e idealistas; importa que o povo volte a confiar em si mesmo, em sua capacidade de organização e em seu poder de participar na edificação da sociedade.

O cristão na política

Por natureza, o ser humano é um escravo. As pessoas estão presas a si mesmas, manietadas pelos próprios interesses. São escravos do próprio “eu” e giram em círculo, em torno de si mesmas, capazes de obedecer, somente, aos imperativos do egocentrismo. Para puderem servir, precisam antes experimentar a libertação. Cristo liberta, e a fé busca essa libertação que ele oferece.

Incapaz de servir ao próximo porque forçado, pelos próprios interesses, a servir a si somente, o ser humano é libertado pela fé em Cristo. Pela fé, o cristão consegue olhar acima dos muros das suas vantagens individuais e encontra um alvo além do círculo dos seus interesses egocentrícos. A fé traz ao cristão um novo centro de referência para a sua vida, suas idéias e seus atos, que é Jesus Cristo, o qual veio para ser-

vir e não para ser servido (Mc 10.45), e cujo maior discípulo é o que serve (Mc 10.44). Podemos, pois, esperar dos seguidores de Cristo, quer como indivíduos, quer como comunidade, que saibam servir desinteressadamente, acima e além da expectativa da recompensa.

Democracia e candidatos

Há quem diga que o importante nas eleições é votar na pessoa certa, independentemente do partido. É a pessoa que importa — dizem — e não o partido. Isso é um engano de quem não entendeu que a sociedade é organizada em classes sociais antagônicas, ou de quem não quer admitir isso. Naturalmente, esperam-se do político qualificações morais como honestidade, amor pela verdade, vontade de servir, correto uso das verbas públicas.

Além disso, todavia, importa observar a opção de classe do político, porque a atuação política ocorre dentro do jogo de forças das diferentes classes sociais. Um político filiado ao partido apoiado pelos grandes empresários, para citar um exemplo, quando no poder, independentemente das suas qualidades morais, trabalhará pelos interesses daqueles, e não dos operários.

Temos tido políticos cristãos sinceramente dispostos a servir, honestos e corretos em suas atitudes pessoais. Tais qualificações morais, no entanto, não os impediram de militar em partidos que representavam os interesses das classes dominantes contra os anseios do povo oprimido. Pior: não os impediram de atuar em partidos que inviabilizaram a reforma agrária, que apoiaram o arrocho salarial, que sustentaram a ditadura militar, que perseguiram, torturaram, cassaram e exilaram autênticos líderes populares. Isso mostra que nem mesmo as qualidades morais individuais são ideologicamente neutras, mas são submetidas à visão de sociedade e do que seja bem comum defendidos pela classe social que o candidato e o partido representam.

O compromisso com o Reino de Deus

Jesus Cristo traz e anuncia o Reino de Deus. Esse é seu compromisso, sua missão. O Reino de Deus é universal, num duplo sentido: visa a todas as coisas e a todas as realidades, e visa à realidade toda. Assim, quer todas as pessoas e quer a pessoa toda. Por isso, o Reino de Deus está acima de qualquer programa político-partidário. O compromisso com o Reino é prioritário; os

demais compromissos são secundários, consequentes e derivados do primeiro.

A Bíblia não apresenta programas políticos concretos de Jesus, o qual recusa-se, por causa de seu compromisso com o Reino de Deus, a engajar-se em programas e partidos. Diante do caráter universal e absoluto do Reino de Deus, todo e qualquer programa partidário torna-se provisório, penúltimo, relativo, sempre sujeito à crítica. O Reino de Deus, o domínio de Deus, a vontade do Pai ficam com a última palavra; os programas concretos e os partidos ficam com a palavra penúltima e perdem a sua validade quando não se orientam pelo Reino. Por isso, o cristão, quando opta por um partido, o fará em consequência do seu compromisso com o Reino; não tomará decisão anterior acima ou, muito menos, contrária ao Reino de Deus.

O cristão, quando opta por um partido, o fará em consequência do seu compromisso com o Reino; não tomará decisão anterior acima ou, muito menos, contrária ao Reino de Deus

A Igreja e o Reino de Deus

Até mesmo a Igreja, como instituição, permanece sob a crítica, o juízo e a avaliação do Reino de Deus. Ela o experimenta, mas não o tem como sua posse.

Essa consciência livra a Igreja de três tentações, nas quais tem caído no decorrer da história. Preserva-a:

— da tentação colonialista, quando quer governar a comunidade política, subjugar o âmbito profano ao seu domínio, fazer as leis e sujeitar os povos, como ocorreu nos primeiros séculos da história latino-americana. Agindo assim, a Igreja age como se ela mesma fosse o Reino de Deus.

— da tentação corporativista, quando quer lançar candidatos seus a cargos políticos, os quais atuariam em favor da instituição, como fez a assim chamada “bancada evangélica” na elaboração da Constituição. Não é tarefa da Igreja fazer política em benefício dela mesma, mas anunciar o Evangelho assim que os cidadãos realizem a política em benefício do bem comum.

— da tentação partidária, quando cria o seu próprio partido, a exemplo

dos partidos democráticos cristãos. Não cabe aos cristãos criar partidos, mas optar por aqueles cujos programas sejam mais coerentes com o Evangelho e atuar neles, como cristãos.

A liberdade cristã

A salvação em Cristo envolve a pessoa toda. Por isso, a atuação do Evangelho sobre as pessoas é maior do que a esfera política. Essa é apenas uma das dimensões que o Evangelho abrange. Em consequência, a atuação política do cristão é apenas um campo da vida em que a fé se expressa. Mas é exatamente na atuação política, onde a luta pelo poder e os conflitos dos interesses antagônicos se chocam com violência, que o cristão terá oportunidade de viver e testemunhar concretamente a sua libertação evangélica, de servir desinteressadamente em favor dos excluídos, dos empobrecidos, dos marginalizados.

Não serão os cristãos que construirão a nova sociedade para os empobrecidos, de forma paternal, como se a organização social justa e fraterna fosse uma dádiva generosa. Ela será, muito antes, uma conquista dos próprios marginalizados por meio de conscientização, organização e participação. A tarefa dos cristãos é testemunhar o Evangelho libertador e servir diaconicamente dentro da concretude da mobilização e organização social, para que ela aconteça na perspectiva do Reino de Deus e seja, por isso, democrática, participativa, comunitária, incluente e fraternal.

Liberto pelo Evangelho, o cristão terá condições de ouvir os empobrecidos, de compreender as suas prioridades, de ler o jogo político com os seus olhos, de formular a sua concepção de bem comum a partir deles, de inserir-se na sua mobilização e caminhar solidariamente com eles. Tanto mais evangélico será esse despojamento quanto menos as prioridades dos empobrecidos corresponderem aos interesses da classe a que ele pertence.

A fé desprende o cristão de si mesmo e orienta-o para a vontade do Pai revelada em Cristo, para as prioridades do próximo mais necessitado e para o futuro do Reino de Deus que se manifesta já aqui, também, na edificação de uma convivência humana justa.

Silvio Meincke é pastor luterano em Teotônio (RS).

Trechos do texto “O dever político dos cristãos”, extraído de “Estudos Teológicos” n.2, ano 29, Escola Superior de Teologia — IECLB.

Duas batalhas nada espirituais

PENTECOSTAIS, POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO EVANGÉLICA

Alexandre Brasil Fonseca

Na imprensa, em pesquisas acadêmicas ou em nossa vizinhança, uma constatação é cada vez mais evidente: o crescimento dos evangélicos, especialmente dos pentecostais. Com expressiva força de voto, demonstrada em eleições passadas, o envolvimento destes na política é um dos temas preferidos hoje. Os "crentes" chegaram para ficar. Neste artigo interessa a inserção da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) nas eleições e na problemática da representação evangélica.

Primeira "batalha": Eleições 94

Criado em julho de 1993, o Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB) promoveu em junho (Rio de Janeiro) uma reunião denominada "Clamor pelo Brasil". Formado pela união de três segmentos evangélicos (Assembléia de Deus de Madureira, IURD e batistas vinculados ao pastor Fanini), o CNPB foi responsável pela concentração de uma verdadeira multidão nessa cidade.

Na imprensa o encontro teve grande repercussão: jornais e emissoras de TV salientaram seu caráter político, com a presença de vários candidatos. Todas as emissoras dedicaram espaço ao encontro — obviamente a Record, televisão sob direção da IURD, foi a que reservou mais tempo em suas reportagens. Na Record foi dito que um encontro com tais proporções — falou-se desde 400 mil a 1,5 milhão de participantes — "tinha que ter caráter político". Um bispo da IURD afirmou que "espera ver os evangélicos conscientes no voto", enquanto o ex-governador de Goiás, Íris Resende, expressou que "um homem religioso é mais indicado para ser eleito nas próximas eleições".

Quase um mês depois, em pronunciamento na Câmara, o deputado Aldir Cabral (PFL/RJ), rebateu acusações de que o evento foi eleitoreiro, afirmou que o "propósito daquela reunião não foi de forma alguma político, muito pelo contrário, foi uma forma cristã de nos reunirmos e orarmos pelo nosso país" (Folha Universal, 10/7/94). Enquanto um dos "deputados da IURD" afirma o caráter apolítico do encontro, apesar de concordar que para o local "acorreram alguns políticos", a "imprensa da IURD" exalta o contrário.

Com um ano de existência, o CNPB surge para marcar posição no "mundo evangélico". Expressivo segmento social, os evangélicos não possuíam uma instituição que servisse como seu representante. Em 1991 foi criada a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), que nasceu no seio de entidades paraecle-

siáticas, mas que com o tempo conseguiu ocupar importantes espaços na representação dos evangélicos.

Atualmente o CNPB vem-se outorgando representante dos evangélicos, e uma de suas principais armas é a possibilidade de uso dos meios de comunicação da IURD. Assim, o Conselho conta com espaço em um jornal semanal (250 mil exemplares), na Rede Record de Televisão e em bom número de rádios por todo o País.

Com dois deputados federais, a IURD dá respaldo parlamentar ao Conselho. Tanto Aldir Cabral como Laprovita Vieira (PMDB/RJ) possuem colunas permanentes na "Folha Universal", as quais funcionam como prestação de contas do mandato, com comentários de projetos, explicações sobre leis e depoimentos.

Nestas eleições a IURD dará um verdadeiro "passo de fé": a Igreja apóia e mantém a candidatura do septuagenário Jorge Boaventura (PPR/RJ) ao Senado. Conselheiro da Escola Superior de Guerra, Boaventura conta com orações, votos e organização da Igreja. Nesta candidatura majoritária, todo o cacife eleitoral da IURD estará em jogo, e os votos de Boaventura serão um bom termômetro para se medir a "capacidade eleitoral" da Igreja.

Estranhamente, a IURD lança Boaventura noticiando em entrevista com o candidato que ele não é evangélico (FU, 30/1/94), uma "confissão" corajosa para quem busca exatamente o voto evangélico. Porém esta questão não é mais problema, pois na "Folha Universal" (10/7/94) há o seguinte título: "Nova Iguaçu faz clamor pela Baixada, durante o evento o professor Boaventura se batizou nas águas". Nas palavras do candidato, "hoje houve a confirmação da minha experiência com Deus".

Muitos, até mesmo o próprio PT, atribuíram como importante componente na vitória de Collor a grande penetração que o candidato logrou no meio evangélico. Nestas eleições a candidatura de Lula tem como estratégia investir nesse segmento; porém a ação da IURD contra a candidatura da Frente Brasil Popular é maciça. Com uma campanha diária anti-Lula, em progra-

mas da Rede Record e com matérias de capa no jornal "Folha Universal", certamente haverá — entre os Comitês Evangélicos Pró-Lula e a IURD — uma espécie de "batalha espiritual" na disputa do voto evangélico.

Ainda é uma incógnita quem merecerá o apoio da IURD. O único "ateu confesso", Fernando Henrique, já apareceu dando "aleluias" entre pastores,



"Bispo" Macedo: um grande cabo eleitoral

bendo credibilidade por parte da imprensa em função de sua representatividade entre os evangélicos.

Já o CNPB só encontrou espaço na grande imprensa para ser tachado de eleitoreiro. Entre as atividades do Conselho houve uma audiência com o presidente Itamar, na qual foram apresentados projetos como o que permite "livre acesso de pastores credenciados aos presídios e hospitais". "Levar apoio espiritual e oferecer apoio político" ao presidente foi outro objetivo da audiência, já que "existe uma boa parcela de políticos evangélicos" (FU, 21/12/93).

Entre os evangélicos, fora os três grupos que o compõem, não há muito entusiasmo com o Conselho. A Convenção Geral das Assembléias de Deus, da qual a Assembléia de Deus de Madureira é dissidente, afirma em editorial (Mensageiro da Paz, setembro de 1993) que a criação do CNPB é fora de propósito, criticando até mesmo a semelhança de sigla com a da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O pastor Geremias do Couto afirma a AEVB como a entidade representativa das igrejas evangélicas, democraticamente aberta a todos. Para Couto qualquer vínculo com o CNPB não passa de "perda de tempo".

Enquanto a maior igreja evangélica brasileira se opõe ao CNPB, a AEVB acabou de promover seu primeiro congresso nacional. Pela composição dos preletores foi possível se ter uma idéia da penetração que a Associação possui entre os evangélicos: estiveram falando desde o ecumênico Paulo Ayres Mattos até a "próspera" Valnice Milhomens, além do gospel Estevam Hernandes, do evangelical Valdir Steuernagel, de pentecostais como Geremias do Couto e Enéas Tognini, e de históricos como Elben César.

Por ocasião da formação do CNPB, a AEVB lançou um comunicado "lamentando a criação do Conselho" (Transformação, setembro de 1993). Agora o CNPB, por meio do deputado Aldir Cabral, contra-ataca e afirma que o presidente da AEVB, pastor Caio Fábio, é um "líder de si mesmo" e "dono dessa Associação" (FU, 10/7/94).

Dinâmicas e resultados cada vez mais diferentes marcam esta bipolarização na busca de representar o povo evangélico. Disputa que com certeza ainda terá muitos rounds pela frente.

Alexandre Brasil Fonseca é cientista social e integra o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

A nova esquerda evangélica

Robinson Cavalcanti

Depois da longa noite de trevas dos anos de 1970, quando política não era “lugar para crente” (enquanto se bajulava a ditadura e se era cooptado pelas oligarquias), uma nova geração de evangélicos, nos anos de 1980, optou pelo engajamento. Timidamente, no início, nas lutas pela anistia, pelo fim da censura e do AI-5, mais visivelmente na campanha das “Diretas Já”, ampliando-se com o “Movimento Evangélico pela Constituinte” e no trabalho do Grupo Evangélico de Ação Política (GEAP) e do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESP).

A maioria desses jovens pastores, seminaristas e leigos não era oriunda de denominações com alguma resistência política (luteranos, metodistas, episcopais), mas sim de igrejas de histórias recentes mais conservadoras (batistas, presbiterianos, congregacionais) e — o mais inovador — membros de igrejas pentecostais.

Lenta e discretamente, foram-se dando as filiações partidárias e sindicais, a integração em projetos e movimentos sociais. Emblemática foi a eleição do líder urbanitário Joaquim Brito, ativo leigo batista, para a presidência estadual da CUT em Alagoas.

Com as eleições presidenciais de 1989, essa geração dispersa foi-se integrando nas campanhas de Covas, Brizola, Roberto Freire e, em expressiva maioria, no “Movimento Evangélico Pró-Lula”, de âmbito nacional. No segundo turno todos estavam juntos no mesmo palanque.

Em 1990 o grupo coordenador *ad hoc* propôs um caráter mais permanente para a caminhada, como corrente de opinião, lançando um manifesto auto-denominando-se Movimento Evangélico Progressista (MEP).

Dois encontros nacionais (1991 e 1993) foram organizados, textos para reflexão circularam e um sem-número de evangélicos identificados com a proposta se filiou a partidos de esquerda, sindicatos combativos, movimento estudantil, movimentos sociais, campanha do Betinho, etc.

O “arquipélago” de isolados “inconformados” ia-se transformando em uma minoria organizada de intelectuais orgânicos e atores políticos.

A construção da identidade

O MEP buscou, de forma ampla, resgatar a herança social do cristianismo, particularmente reformado, e, em especial, a herança social dos avivamentos, do neo-evangelicalismo e do evangeli-

calismo radical. O seu referencial maior foi o “Pacto de Lausanne”, de 1974, e os documentos produzidos pela “fase progressista” do Movimento de Lausanne (1974-83): “A responsabilidade social da Igreja”; “O estilo de vida simples”; “O Evangelho e a cultura”; etc. Em nível continental, os referenciais foram a Fraternidade Teológica Latinoamericana (FTL), as propostas da Teologia de Missão Integral da Igreja e da Igreja como Comunidade Terapêutica, bem como a “Declaração de Jarabacoa” sobre os cristãos e a política.

A maioria dos quadros da fase inicial do MEP era oriunda da FTL, da Aliança Bíblica Universitária (ABU) e da Visão Mundial (VM).

O que se colocava era o compromisso sociopolítico como decorrência da piedade (conversão, santificação) e não como negação dela, a militância harmonizada com a confessionalidade e não como um sinal de crise doutrinária. O que se propunha era uma ortopraxia com ortodoxia. O movimento não desejava apenas ser cristão e reformado, mas especificamente evangélico (evangelical).

Isso implicava uma abertura para o conhecimento científico, um diálogo com o século e uma autocrítica de nossas tradições, idiossincrasias, preconceitos, usos, costumes, etc.

Esse posicionamento demarcava uma diferença em relação aos neofundamentalistas (piedade + ortodoxia = alienação/direitismo) e aos liberais (engajamento = heterodoxia). Por pretendermos resgatar uma síntese e superar a polarização maniqueísta, fomos tachados pelos primeiros de “libertacionistas disfarçados” e pelos segundos de “fundamentalistas esclarecidos”.

Quanto ao espectro ideológico (político-econômico), o MEP se posicionou por um compromisso claro pela democracia (política, econômica e social) como valor universal, pela defesa dos direitos humanos e por uma postura crítica em relação ao capitalismo. A opção tática é pela inclusão dos “excluídos”, e a opção estratégica é pela construção de um socialismo democrático, autóctone e pluralista, que incorpore, crítica e criativamente, o melhor das diversas heranças socialistas (religiosa, humana, marxista, etc.). Ao afirmarmos uma esquerda democrática, questionamos o *status quo* e defendemos a desconcentração da propriedade, da renda, do poder, do saber e do prazer. Afirmamos que ditadura, ateísmo ou materialismo foram posturas equivocadas de uma esquerda dada (marxista-leninista),

ta), em uma dada conjuntura, e nunca uma marca inerente aos amantes da justiça, da liberdade e da paz.

O MEP e as eleições

A tarefa do MEP durante esses anos tem sido primordialmente educativa: o chamamento ao exercício, por parte dos evangélicos, de uma cidadania responsável e de uma cidadania ética; uma tarefa profética de denúncia dos pecados sociais e a cumplicidade dos cristãos com eles; uma tarefa teológica de reflexão sobre o tempo pela ótica da Revelação; e uma tarefa pastoral de apoio aos vocacionados para as fun-

blica progressista contra as armadilhas das forças reacionárias.

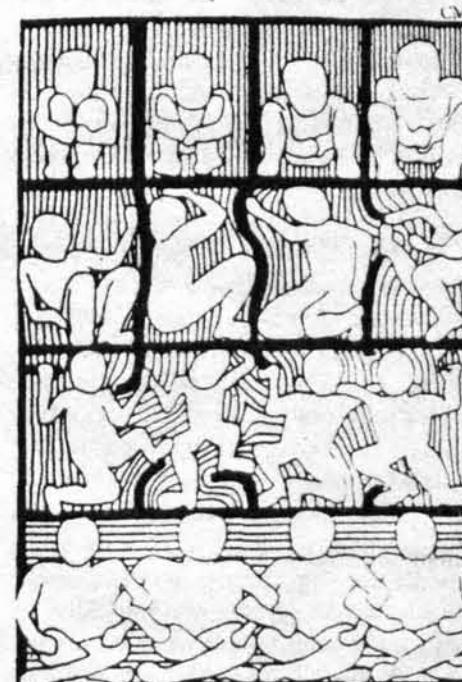
Em nível interno, defendemos a promoção de uma atmosfera de respeito mútuo entre os cristãos de diversas convicções políticas, não ao custo da clareza desses posicionamentos, nem fugindo da contundência dos embates. Condenamos os projetos teocráticos, restauracionistas, de neocristandade, constantinistas, bem como o clientelismo aélico dos que trocam favores por votos dos fiéis. Repudiamos como falsos e irresponsáveis os pretensos “neutralismos”, “apoliticismos” e “aideologismos” dos que fogem de suas responsabilidades históricas com discursos piedosos.

Creamos ser este um momento decisivo da história nacional. Podemos renovar os quadros dirigentes e mudar os destinos do País. Omissão ou convivência são sinônimos de pecado.

Em sendo assim, enquanto alguns dos nossos são candidatos à eleição ou reeleição, muitos estamos envolvidos em campanhas e na formação de comitês. Os que se identificam com o MEP não estão apoiando candidaturas fisiológicas ou de direita (o que provoca a ira e as calúnias de parte de alguns “irmãos”). Advogamos campanhas de nível, com ética, sem baixarias, corrupção ou mentiras.

Como os que se identificam com a proposta do MEP são filiados ou simpatizantes de partidos de esquerda (PT, PPS, PSB, PC do B, PV) ou de centro-esquerda (PDT, PSDB, remanescentes “autênticos” do PMDB), encontramos alguns dos nossos nos comitês de Brizola e de FHC, e uma expressiva maioria nos comitês pró-Lula, certos de uma maior convergência se houver segundo turno, e de uma unidade para o *day after* de um presidente progressista.

O importante, porém, é percebermos que um número crescente do povo da Bíblia, das orações e das pregações está nos palanques e nas ruas, no exercício de sua co-belligerância, sob a Graça Comum, obediente ao mandato cultural recebido do Senhor, na luta concreta pelos valores do Reino... até “ver brotar o direito como água e correr a justiça como ribeiro perene” (Am 5.24).



Creamos ser este um momento decisivo da história nacional. Podemos renovar os quadros dirigentes e mudar os destinos do País. Omissão ou convivência são sinônimos de pecado

ções públicas e à militância progressista evangélica em todo o País.

O MEP transcende a conjuntura eleitoral e deve ampliar sua pauta de preocupações com questões como etnia, gênero, ecologia, sexualidade, inculturação, presença evangélica na cultura brasileira (mídia, literatura, artes), bem como, a médio prazo, defesa da governabilidade de um presidente da Repú-

Robinson Cavalcanti, pastor anglicano e cientista político, é diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, e integra a coordenação do “Fórum dos Comitês Religiosos Pró-Lula Presidente”.

O púlpito eleitoral católico

IGREJA CATÓLICA NAS ELEIÇÕES DE 1994

César Roberto de Vasconcellos Lapa

Quando o povo da Bíblia estava organizado sob o sistema de tribos, a figura do líder religioso guardava a confiança do povo em decisões políticas. Foi o caso de Samuel, que foi ouvido quando o povo decidiu instaurar a Monarquia (1 Sm 8-12).

O tempo bíblico reflete o peso da autoridade religiosa. Em tempos modernos, mais secularizados, tal influência ainda pode ser verificada. Nesta última metade de século, a discussão sobre a conexão fé-política gerou diversos debates e extensa literatura teológico-pastoral. O fluxo dessa discussão marcou a história da Igreja Católica no Brasil. Uma vez definida uma série de termos relacionados com a responsabilidade sociopolítica dos cristãos, nenhum religioso se sente desconfortável em falar sobre este tema, menos atual no jargão das CEBs que o de cultura e o de massa.

Causa reticências, no entanto, a qualquer padre católico demonstrar preferência a um projeto partidário. Isso se explica ou por obediência conveniente ao Código Canônico (cânon 287 e 317), que proíbe clérigos de tomarem parte em política partidária, ou por prudência em não defender determinadas plataformas, que mais tarde podem "cair em desgraça". No máximo, as autoridades católicas devem orientar o laicato com os princípios evangélicos.

Nestas eleições gerais de 1994, a Igreja Católica divide-se na identificação de programas partidários com concepções doutrinais. Emergem, assim, tendências de acordo com afinidades políticas e linhas pastorais.

Levando-se em conta que a Igreja não tem força eleitoral capaz de definir com sua orientação o resultado das urnas, mas goza de credibilidade, quais são os critérios que deverão nortear os católicos?

Conservando a "neutralidade"

Os chamados "conservadores" continuam a cumprir a lei canônica e evitam o partidarismo. Não revelam possíveis relações com grupos que possam estar atuantes nos bastidores da consciência nacional, seja no patrocínio de projetos de direita ou no perseverante trabalho de formação da opinião pública. Consideram que o pastor não tem direito de influenciar abertamente a decisão de seu rebanho.

Há algum tempo, d. Lucas Moreira Neves, Primaz do Brasil, apresenta, em

seus artigos, análises de conjuntura política e eclesiástica. Teme a "tentação" de a população descrever na democracia, devido à crise política e moral por que passa o País (O Estado de São Paulo, 26/1/94). Enquanto isso d. Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, lembra a competência dos ministros da Igreja: "Cabe aos clérigos a formação cristã dos candidatos e eleitores. Não fazer opções por facções ou pessoas, salvo em seu íntimo, quando cumpre o compromisso cívico de votar, inerente a todo cidadão consciente" (O Globo, 29/1/94).

O uso do termo "democracia" tornou-se tão vago que a hierarquia não se importa em defendê-la em assuntos políticos. Afinal, é democracia para "as coisas do mundo", e hierarquia para "as coisas do Reino de Deus". Mas, para a Igreja, que é "coisa" dos dois...

Os critérios da CNBB

Muitos acreditam que a CNBB representa oficialmente no Brasil a hierarquia católica. Na verdade, uma conferência episcopal como tal não faz parte da estrutura hierárquica, ela tem a função de coordenar uma ação conjunta de bispos. Por isso, um documento desta instituição pode ser rejeitado por um bispo que discorda, em parte ou totalmente, de seus artigos. É o caso da crítica à cartilha apresentada pelo Setor de Pastoral Social. Alguns bispos discordam de sua legitimidade, pois foi redigida por leigos, e de seu conteúdo. Não pretendem utilizar este recurso em sua pastoral, mesmo porque não farão nada a respeito, a não ser criticar aqueles que o fazem.

Três documentos se destacam no processo de participação da CNBB nestas eleições: a cartilha "Eleições em 1994: voto responsável"; o texto "Fazemos nosso o clamor dos pobres"; e o manifesto "Hora da grande decisão". Todos mantêm a preocupação com os pobres e com a exclusão social.

Os leigos, co-autores do texto da cartilha, legitimam sua participação em conformidade com a Conferência de Santo Domingo. A redação contou com o apoio do Setor de Leigos e Pastorais Sociais da CNBB.

Nela, destacam-se três ameaças que podem comprometer o resultado das eleições: a resistência do eleitorado em votar para os cargos legislativos; o desconhecimento dos três projetos políticos deste cenário eleitoral — o neoliberalismo, o capitalismo organizado e a

democracia popular; e a manipulação da mídia comprometida com grupos econômicos. O agir político é colocado como exigência e forma privilegiada de caridade, e é fundamental estar atento ao perfil do candidato, que deve corresponder a cinco critérios: defender uma sociedade em que a pessoa humana tenha valor central; respeito pela liberdade e solidariedade; opção pelos pobres; cumprir as promessas; e não estar ligado à corrupção. Para tanto, é necessário que o eleitor busque conhecer o processo político em espaços comunitários de reflexão, além de participar de formaativa durante e após as eleições para a garantia de seus direitos.

Aprovado na 32ª Assembléia Geral (Itaici, abril/1994), "Hora da grande decisão" é um pronunciamento oficial que defende aspectos semelhantes aos da cartilha, convocando o povo para uma participação mais efetiva no processo democrático, atentando para os perigos do voto nulo, a manipulação da mídia e a corrupção econômica nas eleições.

Outros textos e declarações deram a entender que havia uma opção clara por Fernando Henrique Cardoso, uma vez que foi enfatizada a importância de que o candidato tivesse experiência administrativa.

Mas d. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, afirma que Lula se enquadra no perfil ideal da CNBB. "Lula tem sido um grandíssimo líder sindical, tem manejado um sindicato do tamanho de muitas prefeituras, vem dirigindo um partido há anos" (Folha de São Paulo, 21/4/94).

Alguns conflitos

Além das discordâncias peculiares entre os bispos, dois conflitos marcaram as relações da Igreja com os programas partidários: a crítica à coligação PSDB-PFL e alguns temas do programa da Frente Brasil Popular (PT-PSB-PPS-PCdoB).

O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, a princípio, não viu com bons olhos a coligação entre o PFL e o PSDB em torno da candidatura de FHC. Alegou que as alianças deveriam supor critérios bem definidos e não apenas eleitorais. O bispo encontrou-se com o candidato, que justificou a coligação.

Também causou mal-estar a presença de dois pontos que, embora de modo periférico, figuravam na elaboração do programa do PT: a questão do aborto e

a legitimação da união entre homossexuais — temáticas polêmicas, caras à hierarquia católica.

Posteriormente os termos foram modificados, denunciando as condições péssimas em que são cometidos abortos no País. O tema da união de homossexuais foi deslocado para o respeito à pessoa humana. Em um colóquio entre Lula e d. Luciano, o candidato explicou ao bispo suas intenções.

Critérios do Reino

De fato, a prática por parte da Igreja Católica em definir-se por filosofias políticas e éticas mais adequadas à mensagem cristã pode encontrar conformidade com o Evangelho. Em Lucas 20.19-26, o povo pediu a Jesus uma definição política (Lc 20.19-26): "Seria lícito, ou não, pagar impostos a César?". Sua resposta foi: "Devolvei, pois, o que é de César a César, e o que é de Deus a Deus".

Muitas vezes, esta passagem é interpretada como uma separação de política e religião, como o fez A. Gomes da Costa (O Globo, 20/6/94).

Todavia, Jesus encontrava-se no Templo de Jerusalém pregando o Evangelho (Lc 20.1). Estava entre os chefes dos sacerdotes, os escribas, os anciões e outros líderes populares (Lc 20.1,6). Os sacerdotes queriam motivos para prendê-lo. Se Jesus defendesse o pagamento de impostos, assumiria um discurso impopular; se incentivasse a sonegação, cometaria um ato de conspiração (Lc 20.19-23).

Jesus não ficou "em cima do muro", demonstrou muito mais compromisso. "Dar a Deus o que é de Deus", "buscar primeiro o Reino de Deus e a sua justiça" (Mt 6.36), suscitam muito mais profundidade na opção política. É claro que a opressão econômica, política e religiosa do Império Romano e do sistema corrupto do Templo não condiziam com a vontade de Deus. Também era incabível a vaidade hipócrita dos líderes dos "partidos", dividindo o povo e permitindo que o sistema tributário sobrevivesse.

Os poderosos, o povo e os políticos daquela época sabiam disso. Sabemos, também, hoje.

César Roberto de Vasconcellos Lapa é leigo católico e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Os excluídos do sistema: um desafio pastoral

Paulo Schilling

O censo de 1990 (incompleto) acusa 147,4 milhões de habitantes, dos quais 109,1 milhões na área urbana e 32,1 milhões na rural.

A População Economicamente Ativa (PEA) somava 64,4 milhões, da qual 64,53% masculina e 35,47% feminina. Em grande parte, essa situação se origina na existência de uma população muito jovem. É verdade, porém, que, ao contrário do que ocorre nos países centrais, uma parcela considerável de jovens menores de idade é forçada a integrar a PEA, em virtude do estado de pobreza de suas famílias. Senão vejamos: 3,2 milhões de jovens entre 10 e 17 anos trabalham e estudam, e 4 milhões deixaram de estudar, dedicando-se exclusivamente ao trabalho.

Portanto, em razão do subdesenvolvimento da economia urbana e da concentração de terras, são milhões aqueles que se encontram liminarmente excluídos do mercado de trabalho. Poderíamos classificá-los como os excluídos pelo sistema.

Apenas 58,8% dos incluídos na PEA tinham carteira de trabalho assinada em 1990. Essa percentagem era quase idêntica à de 1980: 58,1%. Isto comprova que durante uma década não se verificou nenhum avanço no sentido da legalização das relações de trabalho. Em relação aos trabalhadores rurais, a situação é ainda pior: apenas 36,7% deles tinham carteira assinada em 1990.

Em razão da resistência e do boicote dos empregadores, 26,6 milhões (um em cada três assalariados brasileiros) ainda não usufruem do direito elemental de ver legalizada sua situação trabalhista. Este direito foi estabelecido pela Consolidação das Leis de Trabalho desde 1932. Poderíamos então classificá-los como aqueles legalmente excluídos.

Em consequência da crise social crônica, encontramos ainda os marginalizados. Na Grande São Paulo, em 1980, constavam 614 mil desempregados. Em 1992, como decorrência da nefasta política econômica de Collor, esse número cresceu para 1,175 milhão.

Considerando as disparidades de critérios classificatórios entre o IBGE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), bem como a precariedade dos levantamentos, pode-se admitir a existência real de aproximadamente 7 milhões de desempregados no País. Calcula-se que 1,5 milhão de jovens serão lançados anualmente ao mercado de trabalho, sem possibilidade de colocação. Mesmo estimando um futuro reaquecimento da economia — que, segundo as regras do neoliberalismo, não significa aumento da força de trabalho ativa —, o número de desempregados



A política neoliberal tem levado milhões de pessoas a viverem em condições subumanas

poderá chegar a 15 milhões no ano 2000.

Os desempregados na atualidade e no futuro poderiam ser classificados como: excluídos pela crise econômica e pela modernidade.

Ao longo das últimas quatro décadas, os trabalhadores foram forçados a gastar um número cada vez maior de horas trabalhadas para alcançarem a ração essencial mínima, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Esse processo, que se assemelha a um verdadeiro "confisco salarial", foi particularmente intensificado durante a ditadura militar. Em março de 1964, o trabalhador remunerado com o salário mínimo necessitava de 2.320 minutos para comprar a alimentação básica. Em fevereiro de 1968, 4.100 minutos (segundo o jornal *Correio da Manhã* — 14/2/68).

A deterioração do poder aquisitivo do salário mínimo continuaria ao longo das três últimas décadas. Em 1980, o tempo necessário para a aquisição da alimentação básica era de 157 horas e 4 minutos. Já em 1992, de 188 horas e 14 minutos (ou 11.294 minutos). Estes dados referem-se somente à cidade de São Paulo.

Poderíamos classificar aqueles que ganham até dois salários mínimos — 53% da PEA, ou 61%, caso incluirmos os "sem-remuneração", cerca de 39 milhões de trabalhadores — como excluídos da sociedade de consumo capitalista. São os que são remunerados apenas no nível da sobrevivência, ou nem isso.

A sinopse preliminar do Censo Agropecuário oferece indicadores sobre a estrutura fundiária em 1985. Nos últimos oito anos (governos: Sarney, Collor e o atual), a distribuição dos lotes agrícolas foi mínima, quase inexis-

tente. Com a penetração capitalista no campo, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, as grandes propriedades estão devorando anualmente dezenas de milhares de pequenas propriedades. Hoje, a distribuição da terra é ainda mais injusta. (Estrutura fundiária, Brasil 1985.)

Vê-se que 2.174 grandes latifúndios (mais de 10.000 ha) concentravam 56.168 ha, ou 14,96% da área total (uma média de 25.900 ha por propriedade). Se considerarmos as propriedades acima de 1.000 ha, o total concentrado chega a 43,77% do total.

As propriedades de até 10 ha, excetuando-se casos excepcionais (as exploradas com alta tecnologia em deter-

minados setores, como produção de legumes, fumo, vinho, frangos, etc.), podem ser consideradas minifúndios (insuficientes para assegurar a existência digna de uma família rural), ou seja, aquelas que apresentam uma superfície média de 3,3 ha.

Em suma: cada um dos grandes latifundiários possui tanta terra quanto 7.848 minifundiários! Dificilmente, no plano mundial, poderá ser encontrada distribuição de propriedade mais perversa.

Considerando-se os 32,1 milhões de habitantes das áreas rurais e uma família média de cinco pessoas, chega-se à conclusão de que 2,5 milhões de famílias no campo podem ser consideradas como "sem-terra". Somados aos minifundiários, são pelo menos 5 milhões de famílias condenadas à mais absoluta miséria, e portanto classificadas como excluídas pelo latifúndio.

Devido ao monopólio das terras, a produção agrícola brasileira ficou praticamente estagnada nos últimos anos. No tocante à produção de alimentos, fica evidente o não-crescimento global e a diminuição de produção por consumidor. Dados do IBGE demonstram que a produção de alimentos básicos da dieta popular esteve estagnada durante a última década, e, em alguns casos, nos últimos vinte anos.

Assim, a produção de arroz (com casca) em 1991 foi inferior à verificada em 1989, respectivamente 9,481 e 9,776 milhões de toneladas. Isto, após ter atingido 11,809 milhões em 1988. A produção de feijão caiu do auge de 2,903 milhões em 1982, para 2,239 e 2,745 em 1990 e 1991, respectivamente; a mandioca, de 25,621 em 1985, para 24,503 milhões em 1991; o trigo, de 6,036 milhões para 2,915 em 1991.

A quebra fundamental ocorreu nos anos 1990 e 1991, em consequência da desestruturação agrícola provocada pelo governo Collor. Considerando o aumento da população, entre 1980 e 1991, de mais de 30 milhões de pessoas, conclui-se que a disponibilidade de alimentos básicos por habitante é cerca de 25% menor. Em contrapartida, a produção destinada à exportação aumentou consideravelmente: a de soja, de um milhão de toneladas em 1970, para 24 milhões em 1989. Possivelmente é um recorde mundial de aumento de produção de um só produto agrícola.

Outro produto que apresenta crescimento acelerado é a cana-de-açúcar: de 155,9 para 263,6 mil toneladas, entre 1981 e 1990. O aumento, nesse caso, não foi dirigido à alimentação (açúcar), mas sim à destilação de álcool combustível para os automóveis dos ricos e dos segmentos mais elevados das classes médias.

A conclusão é: essa política absurda que privilegia a produção destinada à exportação e à de combustíveis, juntamente com a concentração da propriedade rural, e a não-vigência de uma política agrícola efetiva, são as causas fundamentais da fome que vitima porções cada vez maiores da população brasileira.

Já em 1985, pesquisa da FAO, apresentada num documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, apontava que milhões de brasileiros alimentavam-se com menos do que o mínimo vital: 2.240 calorias/dia. Hoje, considerando-se a diminuição da produção de alimentos *per capita* em 25%, os subnutridos e esfomeados alcançariam pelo menos cem milhões. O número revelado por meio da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, cotidianamente veiculado pela mídia — os 32 milhões que passam fome — povoam a cabeça da maioria da população, constituindo parte fundamental do sentimento de culpa nacional. Os cem milhões de subnutridos e famintos podem ser classificados como excluídos pela subalimentação e pela fome.

Vale sublinhar que uma mesma pessoa pode participar, simultaneamente, de diferentes modalidades de exclusão; caso contrário a totalidade dos excluídos superaria o número absoluto da população. Permanece inquestionável que os excluídos superam os cem milhões de brasileiros. Verifica-se que não mais de 20 a 30 milhões podem ser efetivamente considerados consumidores em níveis capitalistas.

Paulo Schilling é escritor e coordenador do Projeto Especial Dívida Externa. Texto integrante do projeto de KOINONIA — Presença Ecumônica e Serviço.

Poder e Missão

Superando os conflitos e as estruturas de poder em função da Missão (Releitura de At 6.1-7)

Clóvis Pinto de Castro

Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então os Doze convocaram uma assembléia geral dos discípulos e disseram: "Não está certo que nós deixemos a pregação da Palavra de Deus para servir as mesas. Irmãos, é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra". A proposta agradou a toda a assembléia. Então escolheram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo; e também Felipe, Prócoro, Nicanor, Timon, Pármenas e Nicolau de Antioquia, um pagão que seguia a religião dos judeus. Todos estes foram apresentados aos apóstolos, que oraram e impuseram as mãos sobre eles.

Atos 6.1-7

Este texto relata um dos momentos decisivos da História da Igreja Cristã: é a evolução do cristianismo de cultura hebraica para o cristianismo de cultura grega. José Comblin afirma que "até hoje a Igreja Cristã não deu um passo tão grande" (José Comblin. *Atos dos Apóstolos*. Vozes, Imprensa Metodista, Sinodal).

Lucas tenta atenuar os conflitos e as mudanças que estavam por trás do problema assistencial relacionado às viúvas dos helenistas. Não era apenas um fator econômico ou assistencial. O texto deixa transparecer questões muito mais sérias: culturais, lingüísticas, doutrinárias, de poder, etc.

Dois grupos étnico-culturais estavam em conflito: de um lado, os hebreus (cristãos-judeus cuja língua era o aramaico); e do outro, os helenistas (cristãos-judeus, de fala grega). Cada um desses grupos utilizava-se de uma "Bíblia" em línguas diferentes: a hebraica e a grega. Isso pressupõe interpretações distintas. Havia entre eles compreensões diferentes acerca da Lei e do Templo. Cada grupo vivia em contextos diversos.

Os hebreus, situados em Jerusalém ou nas proximidades (Palestina), eram muito mais apegados à tradição. Os helenistas da Dispersão ou Diáspora, influenciados pela cultura grega, estavam mais livres para vencer preconceitos e abertos às mudanças necessárias com vistas ao crescimento da Igreja Cristã.

É interessante observar que os con-

flitos se manifestam na assistência aos pobres, aos marginalizados. Quando a Igreja faz sua opção pastoral, saindo de si mesma, é comum surgirem conflitos. "Não se tratava apenas de um problema de organização material, de falta de tempo para os apóstolos tomarem conta de todas as viúvas. O problema era a oposição entre os dois partidos na igreja de Jerusalém no que diz respeito à atitude face às exigências da Lei judaica" (José Comblin, *idem*).

Comblin suspeita de que as viúvas dos helenistas eram esquecidas não por simples descaso, ou por preconceitos lingüísticos e culturais. A razão estava relacionada à questão de pureza de ritual. Certamente havia muitas viúvas prosélitas em meio às viúvas dos helenistas, e todas participavam das mesmas refeições. Aos olhos da Lei, eram consideradas impuras. Por isso, não é difícil deduzir que os hebreus faziam de tudo para se manterem afastados delas a fim de não se contaminarem.

O texto fala de uma divisão necessária para o crescimento da Igreja. Os helenistas fundaram a primeira igreja local ou particular. Tratava-se de uma comunidade com uma organização própria e com um grupo eleito (At 6.3) para dirigir-la... Era a igreja dos helenistas. Os "sete" passaram a dirigir uma comunidade distinta, com reuniões e regulamentos próprios, isto é, uma estrutura de poder com ênfase missionária.

É bom lembrar que os helenistas já tinham sinagogas próprias em Jerusalém (At 6.9; 24.12). Agora, passaram a ter reuniões cristãs próprias.

Um sinal claro da divisão entre hebreus e helenistas estava na "caixa". Como diz Comblin: "se há duas caixas, há duas igrejas". Os helenistas formaram uma caixa, separada para sustentar seus pobres.

O v. 2 mostra a importância da participação da assembléia (toda a comunidade) na decisão que seria tomada. Nada se aprovava sem a participação da comunidade. É o que os administradores modernos chamam de poder solidário, em que a ênfase está na solução dos problemas e não na manutenção e

aumento do poder. O centro não é o poder, mas o problema.

Na opinião de diversos autores, a comunidade de cristãos-hebreus em Jerusalém era o grupo fundamental, isto é, o apoio do cristianismo nascente. Desse fundamento surgiram várias igrejas locais, a primeira delas foi a igreja dos cristãos-helenistas em Jerusalém. Na análise de At 6.1-7 fica claro o surgimento dessa nova comunidade.

Essa igreja local, devido à perseguição, não existiu por muito tempo, ficou dispersa. Entretanto, sua estrutura organizativa, marcada por forte visão missionária, provocou o surgimento de outras comunidades em Antioquia e em outras localidades.

Como o poder é exercido nas igrejas? Qual é o critério que tem prevalecido — o da missão ou o da eficiência?



Claudia Moraes

O que se pode aprender na releitura deste texto?

- Dois grupos diferentes, em contextos diferentes, têm interpretações diferentes da Lei e dos Profetas. Relacionam-se com Deus de formas distintas. São culturas próprias.
- Existe na Igreja de Jerusalém uma organização pluralista e descentralizada. Como diz Rinaldo Fabris: "As estruturas não nascem de modelos fixados uma vez por todas. Na Igreja Primitiva a estrutura se adapta às circunstâncias. Em Jerusalém de um modo, em Antioquia de outro" (Rinaldo Fabris. *Atos dos Apóstolos*, São Paulo, Paulinas, 1984). São diferentes

caminhos para o exercício do poder.

- As decisões são tomadas junto com a base (assembléia dos discípulos). O poder não é exercido de forma centralizada ou autoritária. Existe o diálogo para superar os conflitos. Exerce-se o poder solidário.
- Os problemas da comunidade precisavam ser solucionados. A Igreja não podia continuar seu caminho encobrindo os conflitos internos. Precisava tratá-los com objetividade para continuar se expandindo.
- A estrutura organizacional (ou de poder) estava em função do serviço (objetivos) da pastoral, ou seja, dos deveres essenciais das comunidades cristãs primitivas: "anunciar a Palavra; animar a comunidade e assistir aos pobres" (Rinaldo Fabris).
- O critério de escolha dos "sete" estava ligado à Missão. Estarem cheios do Espírito Santo e sabedoria nada tinha a ver com a função de "servir as mesas". "O critério da Missão prevaleceu sobre o da eficiência" (CEBI).

Comentário aos Atos dos Apóstolos, São Paulo, Paulinas, 1983).

- O surgimento de novas necessidades criou novos ministérios. As comunidades viviam na perspectiva de dons e ministérios.
- O grupo dos "doze apóstolos" continuava sendo o fundamento, o alicerce da Igreja Cristã. Desse fundamento surgiram muitas outras igrejas locais.
- "Onde a Igreja se renova, os conflitos aparecem... É no conflito que as pessoas e as comunidades crescem e amadurecem; é dentro do conflito que se fortalecem a fé, a esperança e o amor" (Carlos Mesters. *Os Conflitos no livro de Atos dos Apóstolos*, Petrópolis, Vozes, 1985).
- A releitura de At 6.1-7 aponta, para as igrejas cristãs, pistas oportunas para uma avaliação de suas estruturas organizativas e de poder. Como o poder é exercido nas igrejas? Qual é o critério que tem prevalecido — o da missão ou o da eficiência?

Clóvis Pinto de Castro, pastor metodista, é professor da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP.

Pastoral Urbana: a fé cidadã

Luiz Carlos Ramos

... Igreja virou fundação, hino agora é gospel, rol de membros é cadastro, campo missionário se chama *franchising*. A teologia foi substituída pelo *marketing*, o pastor pelo administrador, a missão pela televisão, liturgia por programa (como em espetáculos), e o Espírito dá lugar às receitas empresariais de "satisfação garantida ou seu dinheiro de volta"...

Mas muita coisa continua do mesmo jeito. A tela da TV não consegue esconder a imagem enquadrada das igrejas. Vinhetas coloridas e efeitos especiais servem de embalagem para uma teologia mofada e bolorenta.

A expansão da oferta e da procura no mercado dos bens simbólicos não garantiu uma melhora na qualidade do produto oferecido pelas multinacionais da fé. O aumento de fiéis que congregam nas mais diferentes tribos religiosas e o Evangelho via satélite não produziram uma melhora na qualidade de vida do povo.

Por estas e outras razões, pensar a pastoral do nosso tempo é arriscado. Talvez as conclusões coloquem em xeque nossas ideologias e simpatias, ou nos apertem o coração e nos umedeçam os olhos. Este admirável mundo novo exige conteúdo novo e roupa nova. Infelizmente esta mercadoria não está disponível para pronta entrega.

De 7 a 10 de julho, um grupo de cinqüenta pessoas, comprometidas com a pastoral, trabalharam como operários em uma fabriqueta chamada XIV Semana de Atualização Teológica, promovida pelo Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep). O tema, "Pastoral Urbana: a fé cidadã", inspirou e desafiou a todos e todas no trajeto pelas ruas e becos, viadutos e passarelas rumo à Nova Jerusalém, a cidade sonhada.

Espiritualidade na pós-modernidade

Partindo do livro escrito por Jair Ferreira dos Santos, "O que é pós-moderno", José Lima Júnior procurou identificar os traços da espiritualidade do "urbano pós-moderno", "espécie peculiar dos grandes centros da Europa, EUA e Japão, reconhecendo alguns traços desse tipo de vida condicionando a espiritualidade de um pequeno segmento social na situação histórica do Brasil contemporâneo".

"Saturada de meios e meneios comunicacionais a rede espiritual na pós-modernidade espetaculariza os símbolos ungidos pela hipostatização... As experiências espirituais pós-modernas acontecem sem que os espíritos envolvidos percebam que se trata de uma espirituali-

dade mesmo (... talvez, nem venham a ocorrer senão de forma 'secular')".

Analizando a prática pastoral das igrejas históricas, notadamente rurais em sua origem e raciocínio, que rejeita a cidade e a considera como o lugar do mal, Clóvis Pinto de Castro apontou para a necessidade de elaborar pastorais urbanas que encarem a cidade mais positivamente e que se reconheçam situadas concretamente na história de uma cidade.

A partir das dimensões clássicas da Teologia Pastoral, o assessor apresentou sugestões para uma renovação da liturgia, do serviço (nas novas formas de relação com o próximo, de praticar a hospitalidade e a solidariedade), da dimensão profética, da dimensão pedagógica (a necessidade de se colocar na posição de aprendiz e não de mestre) e da dimensão ecumênica (que deve levar em conta as enormes diferenças vividas no mundo urbano decorrente da gama de opções que este oferece).

Novos modelos eclesiais nos centros urbanos

Sob este título, José Bittencourt Filho analisou a religiosidade urbana em suas mais novas formas e manifestações, procurando identificar as razões da atual explosão neodenominacional, utilizando o referencial teórico da matriz religiosa brasileira, profundamente marcada pela magia (extática). "Desse modo, o traço mais marcante da religiosidade urbana de massa e a forma mais enfática de recusa da intermediação do discurso articulado no âmbito do sagrado é o êxtase".

Outros fatores sociais e econômicos foram analisados, os quais revelaram como esses novos modelos eclesiais que se vão plasmando no contexto urbano representam uma "retomada do poder por parte daqueles que foram duplamente espoliados, nos planos social e religioso".

Bittencourt conclui afirmando que o "neodenominacionalismo cada vez mais se distancia da cultura religiosa e política democrática do protestantismo dos primórdios e reproduz a cultura religiosa e política autoritária, que inclui necessariamente o corporativismo em sua lógica".

A família na cidade é muito diferente daquela experimentada no meio rural e daquela idealizada pela maioria das igrejas. Sobre esse tema, Dagmar Pinto de Castro dirigiu um debate sobre as novas formas de se viver em família nos grandes centros urbanos. "A preocupação com a sobrevivência e com a construção de um lugar para abrigar-se (a casa) tece elos de solidariedade entre os membros da família. Nessa busca, tendo em vista o desemprego, o arrocho salarial, etc, a família vai se reestruturando num movimento dialético".

Pastoral urbana, um enfoque bíblico

Paulo Garcia enfocou as raízes bíblicas que apontam "para a elaboração de uma pastoral urbana", que tem como "lugar privilegiado de reflexão o Novo Testamento", no qual nos defrontamos com dois projetos distintos de Igreja. "Um, dos cristãos judaizantes" (Jerusalém), que se propõe a organizar a vida comunitária nos moldes clânicos do AT, "onde todos tinham tudo em comum, não havendo entre eles necessidade alguma". O outro projeto, dos cristãos helenicos, de forte cunho missionário, acaba por se embrenhar no mundo urbano, chegando até Roma e nossos dias.

Paulo aponta para os desafios que surgem nesta Igreja Urbana: "fazer missão entre os gentios da cidade leva a questionar a mediação judaica"; "fazer missão entre os gentios da cidade leva a mudar a estrutura de igreja", por meio da igreja das casas; e fazer missão entre os gentios da cidade leva a incorporar novos posicionamentos diante da

realidade (escravidão, ressurreição, trabalho, etc.). Conclui que estes "desafios e o enfrentamento que surgiram desta mudança no primeiro século constituem base para repensarmos a nossa situação hoje".

Rubem Alves, sempre controvertido e brilhante, alertou sobre o perigo de uma pastoral domesticadora, geradora de ovelhas "fracas, burras e sem idéias próprias". O papel da pastoral urbana deveria ser, ao contrário, transformar as ovelhas em "cabritos monteses valentes, corajosos, fortes". Para Rubem, "a pastoral urbana não deixa de ser uma contradição, pois cidade não é lugar propício para a criação de ovelhas. Para se criarem ovelhas nas cidades é necessário construir apriscos dos formatos mais estranhos, que vão desde o formato de igrejas até o formato de partidos políticos — lugares onde, igualmente, todos balem da mesma forma".

Pastorear é possível

Com teimosia, o padre Paulo Roberto Rodrigues propôs que pastorear em trilhos urbanos significa "invadir a cidade, seus espaços e tempos", mesmo nestes tempos e espaços neoliberais que mais inspiram calmarias do que conspirações. Insistiu que "a urbanidade exige qualidade no pastoreio, desprezando o amadorismo voluntarista (...). Não basta querer fazer, é preciso saber fazer"; deixando-se interpelar por um leque mais amplo de pessoas e suas situações (gênero, raça e ambiente), fugindo assim da costumeira postura monolítica de nossas igrejas.

Para tanto, apontou algumas formas um pouco esquecidas entre nós: a comédia (pastorear com humor, com o riso); a tragédia (trabalhar a rica dramaticidade da vida); a leitura das estrelas (agir com paixão, fugindo ao sensacionalismo e à indiferença burocrática); a retórica (importância da polêmica e da discordância); a melodia (recuperar a dimensão lúdica do pastoreio, o seu jogo e surpresa); a lírica (redescobrir o lugar da sensualidade, do corpo, da beleza); a dança (a leveza e a dinâmica que precisam voltar às nossas igrejas); a história (pastorear é interagir com homens e mulheres concretos e seus problemas imediatos); e a poesia (retomar o direito à fantasia e ao imaginário). Assim podemos pastorear na cidade.

Pastoral Urbana: a fé cidadã



"Reflexões no Caminho nº 5" traz uma contribuição significativa à elaboração de pastorais que levem em conta os desafios do mundo urbano. Pedidos ao Cebep: Rua Rosa de Gusmão, 543, 13073-120, Campinas, SP, ou pelo telefone (0192)41-1459. O custo unitário é de R\$ 6, incluídas as despesas postais.

Luiz Carlos Ramos é pastor metodista, coordenador-geral do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep) e um dos editores do jornal CONTEXTO PASTORAL.

Um povo que participa

Izur Bolzon

Muito se fala do povo. Nestes tempos de campanhas eleitorais o termo "povo" é muito usado. Os partidos são do povo. Os candidatos o são. Os programas se dizem populares. Fala-se de melhorar a vida do povo. Tudo isso mostra: Está em voga falar do povo.

A Bíblia também fala de um povo. Seu tema é a história de um povo. No Antigo Testamento, este povo é Israel; no Novo Testamento, é a Igreja. A Bíblia nos conta como o povo de Deus se foi constituindo, formando. Narra suas vitórias e derrotas.

Denuncia as opressões havidas. Proclama as esperanças que ficam. Portanto, nossa Bíblia é um livro popular.

Temos, pois, bons motivos para ir à Escritura e perguntar a ela quanto às características do verdadeiro povo. O que caracteriza ser povo?

Em primeiro lugar, a Bíblia fala de um povo que participa. É tão ativo que, por ocasião da Criação, chega a dar os nomes aos animais (Gênesis 2). Participa assim do projeto do Criador. Pois, dar nome significa dizer para que as coisas servem e como devem ser. O povo de Deus teve, portanto, presença e participação ativa na própria criação. É o que também sucede no restante de sua história. Sara e Abraão participam ativamente da busca da terra prometida. O povo se liberta da opressão do faraó egípcio. Lá no deserto, Moisés reorganiza o povo. Por conselho de seu sogro, divide o povo em grupos menores. Os grupos menores vão decidindo sobre suas necessidades e tarefas. Vemos, pois, que a Bíblia conta a história de um povo que participa, atua.

Em segundo lugar, este povo decide. Ocorreram importantes encruzilhadas em sua vida. Por ocasião da vocação de Abraão, este teve que decidir. Decidiu assumir o chamado: Pôs-se em marcha, rumo à terra prometida. Quando Josué e seus liderados chegaram às portas da terra da promessa, tiveram que decidir pela destruição de Jericó, a cidade que barrava o acesso à terra. Quando o povo estava na terra, decidiu permanecer fiel a Javé, seu Deus. Decidiu assumir leis de proteção aos mais fracos. Quando Jesus veio proclamar o Reino de Deus, seus discípulos e discípulas decidiram seguir seu caminho. Portanto, o povo de Deus é um povo que adquiriu o direito de decidir. Ninguém tem direito sobre ele.

Em terceiro lugar, o povo está organizado. Desde os primeiros passos, o povo de Deus foi avançando na história de forma organizada. No início, seu jeito de organização era a própria família. Depois agrupavam-se em tribos. Deram-se um Estado e novamente o destruíram, quando este se mostrou explorador. E, por fim, o povo de Deus veio a organizar-se em forma de igreja, isto é, de assembléia. Portanto, a Bíblia convoca o povo de Deus a organizar-se, cada dia mais e melhor.



John Taylor / CMI

Estas são, pois, três características do povo de Deus. Três são, à luz da Escritura, seus direitos fundamentais. Ele participa. Ele decide. Ele se organiza. Temos que participar para que as coisas tenham nossa marca. Mas, acima de tudo, temos que organizar-nos para poder participar e decidir.